



CADERNO DE ENCARGOS

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE ALUGUER DE
PALCOS, EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO E VÍDEO PARA:
EM QUARTO CRESCENTE E ATIVIDADE COMEMORATIVA**

PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO

*(Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, revisto e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017
de 31 de Agosto)*

ÍNDICE

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Objeto do fornecimento
2. Celebração de contrato
3. Elementos que instruem a proposta
4. Prazo de execução do contrato
5. Obrigações principais do adjudicatário
6. Gestor do contrato
7. Preço base
8. Preço anormalmente baixo
9. Prestação do Serviço
10. Preço contratual
11. Caução
12. Adjudicação
13. Condições de pagamento
14. Força Maior
15. Penalidades contratuais
16. Seguros
17. Subcontratação e cessão da posição contratual
18. Resolução de Litígios - Foro competente
19. Encargos do concorrente
20. Comunicações e notificações
21. Contagem dos prazos
22. Dever de sigilo
23. Legislação aplicável

Disposições gerais

1.Objeto do fornecimento

1.1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de montagem, operação e desmontagem de sistemas de palcos, som, iluminação e vídeo para o *Em Quarto Crescente* e atividade comemorativa de julho, contemplando os seguintes materiais e equipamentos:

LISTAGEM TIPO A

01 SOUNDCRAFT VI3000 ou equivalente

12 Line Array Martin Audio W8LC LO/MID/Hi Cabinet *ou equivalente*

08 Line Array Martin Audio SW218X Sub Cabinet *ou equivalente*

02 MARTIN AUDIO W8LC GRID LIFTING ASSEMBLY/BAR *ou equivalente*

02 VERLINDE SM 10 - 1ton. 25mts chain hoist *ou equivalente*

04 LAB GRUPPEN FP10000Q (4UN 4*2500W/CH) *ou equivalente*

02 CREST AUDIO PRO8200 *ou equivalente*

06 POWERSOFT MA 5.2K *ou equivalente*

02 XTA DX2 | PA Management System

02 POWERSOFT X8 DSP+ETH

04 MARTIN AUDIO BLACKLINE F12 *ou equivalente*

02 MARTIN AUDIO BLACKLINE F12 *ou equivalente*

02 XTA DP226 | PA Management System *ou equivalente*

02 MARTIN AUDIO 6.8Q (LAB GRUPPEN) *ou equivalente*

04 STAND TO MARTIN AUDIO BLACKLINE F12+ *ou equivalente*

12 MARTIN AUDIO LE 400C *ou equivalente*

01 XTA DP 448 | PA Management System *ou equivalente*

04 CREST AUDIO PRO8200 *ou equivalente*

01 SOUNDCRAFT Vi Stagebox estandar 64 IN *ou equivalente*

04 SHURE SM 58 LCE *ou equivalente*

01 AKG D112 *ou equivalente*

12 SONTRONICS STC-1 *ou equivalente*

04 SHURE SM81 LC *ou equivalente*

04 DI'S BSS *ou equivalente*

04 SHURE QLXD2/SM58 (534-598 MHz) *ou equivalente*

04 SHURE QLXD4E/ H51 (534-598 MHz) *ou equivalente*

04 SHURE QLXD2/SM58 (534-598 MHz) *ou equivalente*

04 SHURE ULXP-4 EMISSOR + POCKET ULX-1 *ou equivalente*

16 K&M | SMALL STAND 25950 *ou equivalente*

08 K&M | MEDIUM STAND 259 *ou equivalente*

28 SHURE | STANDARD MICROPHONE CLAMP *ou equivalente*

01 MAINS DISTRIBUTION SYSTEM 125 AMP *ou equivalente*

04 POWER DISTRIBUTOR 32A TRIF / 2 X 32A MONOF + 4 16A MONOF

01 POWER DISTRIBUTOR 125 -> 7 x SOCAPEX

25 FLOOR CABLE SHIELD (1MT * 2 CHANNEL)

01 SISTEMA DE INTERCOM WIRELESS ASL *ou equivalente*

04 POCKETS ASL *ou equivalente*

04 HEAD PHONES ASL *ou equivalente*

01 GMA on PC (FADER WING + COMAND WING) WITH UPS APC *ou equivalente*
01 DIMMER QUADRANT FR 48/15 II

01 ARTNET Swisson - XND-4R5 (19 4 port Ethernet dmx Node)
02 04 Showtec DB-1-8/RDM Booster / Splitter

02 MILOS FLIGHTCASE PINOS *ou equivalente*
03 MILOS M290V - QTV 2000 - QUATRO - 2 MTR *ou equivalente*
04 MILOS MT1 BASE EM AÇO PARA TORRE MT1
04 MILOS MT1/02 CORR CABEÇA PARA TORRE MT1 P/ CORREIA
04 MILOS MT1 03 BLOCO ESCRAVO PARA TORRE MT1
04 MILOS JOELHOS (KIT 4 PEÇAS) PARA TORRE MT1
08 MILOS ESTABILIZADOR CURTO PARA TORRE MT1
08 MILOS ESTABILIZADOR LONGO PARA TORRE MT1
04 MILOS M290V - QTV 500 - QUATRO - 0,5 MTR
08 MILOS M290V - QTV 2000 - QUATRO - 2 MTR
04 VERLINDE SM 10 - 1ton. 25mts chain hoist
01 HOIST CONTROLLER - 4 WAY
04 PRE_CABLE | HOIST | CEE 16A/CEE 16A TRIF. | 20 MTRS
04 SAFETY WIRE
01 HOIST CONTROLLER - 8 WAY *ou equivalente*
12 ROBE MMX SPOT *ou equivalente*
08 CLAY PAKY SHARPY *ou equivalente*
12 ROBE ROBIN-600 *ou equivalente*
18 PAR LED PROJECTOR SOLAR ZOOM RGBW (OSR/ST), LEDING *ou equivalente*
12 PAR LED LTL *ou equivalente*
06 ARES CLF *ou equivalente*
04 SEGADORAS LED 4 CHAUVET *ou equivalente*
04 ETC S4 ZOOM 25-50 *ou equivalente*
04 ARRI, FRESNEL 2KW, ARRI STUDIO MO *ou equivalente*
04 PARES 64 *ou equivalente*
02 PRG PAR 64 BARS - 6 X 1000W WITH CLAMP AND SAFETY'S
02 TOUR HAZER II-S DMX 1500W W/ CASE
01 FOLLOWSPOTS DTS PHARUS 1200 + BALASTRO EXTERNO + CABO ALIMENTAÇÃO
+TRIPÉS DE FOLLOWSPOT + FLIGHTCASE *ou equivalente*

02 VÍDEO PROJECTORES NEC PA653UG
01 KIT DE CABOS HDMI
01 KIT DE CABOS SDI
02 COMPRESSORES SDI/HDMI

01 ESTRUTURA EM TRUSS MILOS 30X30

01 PROCESSADOR EM VÍDEO VPL – 696

01 KIT DE CABELAGEM

01 ÉCRAN DE LEDS RESOLUÇÃO P4.8 (3000X2000)

01 PALCO ESTRADO 12,5m. frente x 7,75 m. profundidade/pés reguláveis de 0,40cm a 1,10cm.

01 PALCO ESTRADO 10m. frente x 6,75 m. profundidade/pés reguláveis de 0,40cm a 1,10cm.

2. Celebração do contrato

2.1. O contrato escrito é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2.2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a)** Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b)** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c)** O presente caderno de encargos;
- d)** A proposta adjudicada;
- e)** Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2.3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

2.4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no *ponto 2.2.* e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no *artigo 99.º do CCP* e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no *artigo 101.º* desse mesmo diploma legal.

3. Elementos que instruem a proposta

3.1. Na proposta o concorrente deve indicar os seguintes elementos:

- a)** Preço Total do serviço.

3.2. A proposta deve ser acompanhada pelos seguintes documentos:

- a)** Declaração emitida conforme modelo constante do *Anexo I ao CCP*, de acordo com a redação dada pelo *Decreto – Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto*, assinada pelo concorrente ou por representante legal que tenha poderes para o obrigar.

4. Prazo de execução do contrato

4.1. O contrato mantém-se em vigor do dia 11 até 19 de julho. Não haverá lugar a contrato escrito nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 95 do CCP.

4.2. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

5. Obrigações principais do adjudicatário

5.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a)** Efetuar a prestação de serviços no período definido na clausula 4.
- b)** Montagem a 11 de julho e desmontagem de equipamentos após os eventos;
- c)** Suportar todas as despesas decorrentes da deslocação ou deslocações dos equipamentos de som, iluminação, vídeo, e respetivas equipas técnicas, assim como as refeições e alojamento dos mesmos;

5.2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

6 - Gestor do Contrato

Para acompanhamento da execução e gestão do contrato fica nomeado Maria João de Brito Marques da Fonseca.

7. Preço base

O preço base do presente procedimento é de € 17,250 (dezassete mil, duzentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que o Município de Mangualde se dispõe a pagar pela execução da aquisição de serviços que constitui o objeto do contrato, resultante da consulta preliminar ao mercado.

8. Preço anormalmente baixo

Não aplicável no presente procedimento.

9. Prestação do serviço

9.1. O evento considera-se confirmado com a adjudicação deste procedimento.

10. Preço contratual

10.1. Pela prestação do serviço do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Mangualde deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, em função das quantidades efetivamente adquiridas até aos limites da adjudicação.

10.2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, aprovisionamento, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

11. Caução

Não haverá lugar à prestação de caução, de harmonia com o previsto no *nº 2 do art.º 88º do CCP*.

12. Adjudicação

A adjudicação do presente fornecimento, só terá lugar quando existirem fundos disponíveis, de acordo com o estabelecido na *Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro*.

13. Condições de pagamento

As quantias devidas pelo Município de Mangualde devem ser pagas nos sessenta dias seguintes à apresentação nos Serviços das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após a receção das respetivas requisições enviadas pela entidade adjudicante, nos termos da *Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro*.

14. Força maior

14.1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

14.2. Podem constituir força maior, os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

14.3. Não constituem força maior, designadamente as:

- a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c)** Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

14.4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

14.5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

15. Penalidades contratuais

15.1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Mangualde pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega constantes na proposta, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P \times V \times N$, em que P = Percentagem da pena (1%); V = Valor contratual; N = Número de dias em atraso.

15.2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de Mangualde pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor correspondente ao período de tempo que decorreria até à cessação do contrato.

15.3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Mangualde terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

15.4. O Município de Mangualde pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

15.5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Mangualde exija uma indemnização por dano.

16. Seguros

16.1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de seguro, de todos os riscos inerentes à prestação dos serviços mencionados no nº 1 e inerentes obrigações constantes no nº 5 do presente contrato, designadamente a cobertura de acidentes de trabalho e responsabilidade sobre terceiros.

16.2. O Município de Mangualde pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 48 horas.

17. Subcontratação e cessão da posição contratual

17.1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações

decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

17.2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

- a)** Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
- b)** A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no *artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP)*, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

18. Resolução de Litígios - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

19. Encargos do concorrente

Constituem encargos do concorrente, as despesas inerentes à elaboração da proposta e à celebração do contrato escrito que aí houver lugar, despesa esta mencionada na nossa tabela de taxas e preços, capítulo 1, secção I, artigo 1º, nº 9, disponível na página do município de Mangualde no endereço https://www.cmmangualde.pt/wp-content/uploads/2022/01/Tab_Taxas_Taxas_Precos.pdf

20. Comunicações e notificações

20.1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

20.2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de cinco (5) dias úteis.

21. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

22. Dever de sigilo

22.1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Mangualde, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

22.2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

22.3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente

do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

22.4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco (5) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos as pessoas coletivas.

23.Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo *Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro*, na sua redação atual e restante legislação aplicável na matéria.

Mangualde, 24 de junho de 2022
Biblioteca Municipal de Mangualde

A Técnica Superior,
Assinado por: **MARIA JOÃO DE BRITÓ MARQUES
DA FONSECA**
Num. de Identificação: 08171129
Data: 2022.06.24 10:24:14+01'00'

Maria João Fonseca